

-----ACTA N.º 2/2014 -----

**SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
FERREIRA DO ZÊZERE AOS
ONZE DIAS DO MÊS ABRIL DE
DOIS MIL E CATORZE -----**

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, na Vila de Ferreira do Zêzere, Edifício dos Paços do Concelho, face à convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais, reuniu este Órgão, sob a presidência de Luís Ribeiro Pereira, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, Fábio Miguel Ferreira dos Santos e Isabel do Rosário Baptista, com a seguinte **ordem de trabalhos**:-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

- 1.- Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do art.º 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
- 2.- Apreciação e votação das atas das sessões realizadas em 20/12/2013 e 28/02/2014. -----
- 3.- Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

- 1.- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da

atividade e situação financeira do município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

2.- Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

3.- Apreciação dos compromissos plurianuais efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 1 de novembro de 2013, conforme n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

Presenças: Distribuída a folha de Presenças aos membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de vinte dos seus membros, tendo-se registado a ausência dos Membros Sr. Nuno Benedito e do Sr. José Manuel Antunes Feliz. -----

A Câmara Municipal fez-se representar pelo Presidente Dr. Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores, e pelos Vereadores Eng.º Paulo Jorge Alcobia das Neves, Dr. António Vicente Martins, Dr.ª Elisabete Matias Henriques Dr. Hélio Antunes. -----

Abertura da Sessão: Eram vinte e uma horas e cinco minutos quando, verificada a existência de “quórum”, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os membros presentes da câmara municipal, assembleia municipal, comunicação social e público em geral.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.- Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do art.º 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Assembleia Municipal informou acerca da existência de um convite da Resitejo e, referiu que pessoalmente, tinha interesse em ir visitar as instalações, perguntando se mais alguém queria ir. -----

O eleito local Armando Alexandre sugeriu que se marcasse uma data e quem estivesse disponível ia.-----

O Presidente da Assembleia Municipal disse que combinava com o Presidente da Câmara e com o Sr. Diamantino e avisava-se com uma antecedência de oito dias para cada um confirmar a sua presença. -----

O Presidente da Câmara Municipal disse que era bom verem o TNB, um equipamento novo e único a nível mundial, que estava a ser alvo de estudos e de visitas. Estava com um rendimento a ultrapassar, em 200%, aquilo que se tinha previsto. -----

2.- Apreciação e votação das atas das sessões realizadas em 20/12/2013 e 28/02/2014. -----

O Presidente da Assembleia Municipal questionou se alguém gostaria de se pronunciar relativamente à ata de 20 de dezembro. -----

O eleito local Bruno Gomes interveio desejando boa noite a todos e agradecendo a presença do público. Em seguida solicitou a correção de algumas palavras numa intervenção sua no ponto 5 do Período da Ordem do Dia. -----

Colocada a votação a ata realizada a 20 de dezembro de 2013, foi aprovada por maioria com a abstenção do eleito local Aurélio Nunes, por não ter estado presente na reunião. -----

Colocada à apreciação a ata da sessão de 28 de fevereiro de 2014, o **eleito local Armando Alexandre**, no uso da palavra, referiu que um protesto seu, na sequência de uma censura a um membro da mesa, feita pelo do eleito local Eduardo Mendes, no ponto 1 do Período da Ordem do Dia, não constava na ata e deveria constar. -----

A eleita local Sofia Miguel interveio, lembrando que foi ela que foi censurada. No decorrer da censura pediu ao Fábio, que estava a presidir à sessão, para poder

responder pois era um direito que lhe assistia. Acredita que tenha sido por esquecimento, no avançar natural da reunião não lhe deu a palavra e o ponto passou. Não querendo fazer uso da teimosia acabou por deixar passar. Não era nada que ela não pudesse justificar depois, se houvesse espaço para isso. Mas acabou por não falar e, já que se invocava ali esse assunto, queria esclarecer a situação. No final da reunião em causa, dirigiu-se ao eleito local Eduardo Mendes e apresentou as suas desculpas formais por aquilo que o Dr. Eduardo nomeou como “grave infração disciplinar”. Se a mais alguém aquela infração ofendeu voltava a fazer ali um pedido de desculpas formal, a todos os presentes, e a todos os eleitores porque, lhe parece, que foi esse o propósito da acusação que lhe foi feita na última assembleia. Mas, se era verdade que tinha sido a sua consciência que a tinha obrigado a fazer esse pedido de desculpas, também a sua consciência lhe obrigava, naquele momento, a recordar a todos que, um regulamento vale o que vale e, que devem imperar regras de bom senso, como sempre o PS fez questão de as fazer valer. Recordou ainda que o propósito de todos terem sido eleitos, era intervir, independentemente de ser feito sentado ou de pé. Pediu para se ter bom senso e sanar aquelas questões de uma vez por todas.-----

Colocada a votação a ata de 28 de fevereiro de 2014 foi aprovada por unanimidade, com as alterações referidas pelo eleito local Armando Alexandre a introduzir na ata.

O eleito local Eduardo Mendes interveio confirmando que era verdade que, no fim da reunião anterior, teve uma conversa extremamente simpática com a eleita local Sofia Miguel, que fez o favor de lhe apresentar desculpas, as quais achava desnecessárias. Seriam necessárias se ele tivesse partido do princípio que havia uma intencionalidade de causar qualquer espécie de dano ou de prejudicar o que quer que

fosse. Era uma atitude que só lhe ficava bem. Quanto ao eleito local Armando Alexandre, referiu que aquilo que ele disse só lhe ficava mal.-----

3.- Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O eleito local Carlos Martins, no uso da palavra, chamou a atenção para o facto do Interior e Ferreira do Zêzere correrem um risco sério de desaparecer. Se existem Concelhos, a nível nacional, que deram provas, já num período que até não lhes tinha sido pedido para colocar as coisas mais funcionais, gastando menos, Ferreira do Zêzere foi um exemplo. Recordou os Centros Escolares que foram um exemplo e até motivo de visita de outros Concelhos, a Ferreira do Zêzere, para ver como eram. Em muitos Concelhos, tinham chamado Centros Escolares e a rede escolar tinha-se mantido, mas Ferreira do Zêzere tinha feito rede escolar de que todos se orgulhavam, com uma pequena falha de percurso. Quando se falou em fechar o Tribunal ouviu dizer, do Sr. Presidente da Câmara, e até tinha concordado com o método, que a “*aceitação*” do fecho seria motivo para que outro tipo de serviços não encerrasse em Ferreira do Zêzere. Infelizmente, pensa que existem maneiras de rentabilizar os serviços, gastando menos, prestando um melhor serviço. E, o exemplo aperfeiçoado seria uma Loja do Cidadão. Transmitiu que, em termos de Ferreira do Zêzere, poder-se-ia ter uma coisa daquele tipo, promovida pelo Governo onde funcionassem todos os serviços, gastando menos e prestando melhor serviço. Questionou o que é que se tinha e, tinha-se o encerramento do Tribunal, o prometido fecho das Finanças e, recentemente, o “fecho” da Segurança Social, ou seja, cada vez se têm menos serviços. Uns anunciados, e outros que se vai anunciando o fecho, para além do Centro de Saúde, em que grande parte das pessoas não tem médico. Aquilo era a paga que o Interior merece porque ninguém lhes tinha dito, quando

houve eleições, que aquelas coisas seriam assim. E, independentemente, dos Partidos Políticos, das Concelhias e das Distritais defenderem o não encerramento, cada vez mais, quando houver eleições, tem de se saber o que é que os dirigentes nacionais pensam em relação a Ferreira do Zêzere e em relação a outros sítios, ou então andam ali todos a ser enganados. Pediu à Câmara e à Assembleia o envio de um protesto pelo contínuo encerramento de serviços. A Segurança Social já é um facto porque só funciona à segunda e à quinta-feira, ainda com o ridículo de nem tesouraria ter e não quererem pagar água nem renda. É preciso todo o empenhamento geral, independentemente da cor que cada um representa, pois ali a cor é Ferreira do Zêzere. Por muito trabalho que se faça e por muito que a Câmara faça, será impossível dar-se continuidade a Concelhos como o de Ferreira do Zêzere.

O eleito local Armando Alexandre interveio dizendo que tinha duas questões para colocar. Mencionou que, na última Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara tinha informado que, em relação aos encerramentos dos Tribunais, teria havido um acordo PS/PSD para encerrar 10 Tribunais, de 10 Concelhos de cada cor partidária. Como, até à data, não tinha conseguido apurar o assunto, não tinha conseguido informação sobre isso, solicitou ao Presidente da Câmara se, este, dispunha dessa informação em concreto e se a podia facultar. Referiu que outra questão que queria colocar era sobre um processo que tinha sido instaurado pela CCR à Junta de Freguesia de Dornes, onde consta que há três terrenos penhorados em nome da Junta de Freguesia mas que um, alegadamente, será da Câmara Municipal. Gostava de saber se isso é verdade ou não. -----

O eleito local Bruno Gomes começou por referir que na assembleia geral da Resitejo, realizada em janeiro, houve um decréscimo por parte das tarifas pagas pelos Municípios em cerca de 7 euros acumulado, pelo que perguntou se o preço do

lixo iria ser amenizado, mantido ou aumentado. Sabia que era um valor residual mas gostava de ficar com aquela informação. Relativamente à água, tinha sido dito numa reunião de Câmara, que sofreu um aumento de 0,8% e, perguntou se ia ou não ser aumentada. Viu também, numa ata de uma reunião de Câmara, que o Sr. Presidente de Câmara tinha reunido com Poiães Maduro e, tinha dito que tinha a informação que até maio iria estar definido o modelo de reorganização de serviços públicos, dizendo ainda que, os Ferreirenses, no limite, poderão ficar com melhores serviços públicos. Para si é uma situação bastante dúbia. Alguém está a mentir e como acha que não é o Dr. Jacinto, deve ser o Ministro. Se no limite, se vai ter mais serviços públicos, se ele dissesse que iam ter menos serviços públicos, fechavam o Concelho. Fecharam o Tribunal, a Segurança Social, ou pelo menos só vai estar aberta dois dias por semana, sem tesouraria. Falava-se do fecho as Finanças, ou pelo menos, os documentos assim o indicam. Causa-lhe bastante desagrado porque parece que andavam a gozar com todos. Não vê grande motivação por parte de quem governa em fazer algum *forcing* em torno daquelas questões. Pode estar errado mas vê um conjunto de autarcas, inclusivamente, a falar em boicotar as eleições. Percebe que o Presidente de Câmara não gosta de *show-off*, mas está ali para defender o seu Concelho até onde for necessário. Bem sabe que irão gozar com ele, possivelmente, em seguida mas, referiu que esteve ali o porta-voz do PS disse-lhe exatamente o que é que faria se fosse ele o Presidente de Câmara ou, eventualmente, se fosse ele o candidato à Câmara Municipal em 2017. Vale o que vale mas, pelo menos, apanha ali as pessoas e confronta-as porque é a sua forma de estar. Primeiro está Ferreira e depois estão os partidos. Espera que compreendam, mas acima de tudo deveria haver uma defesa maior, mais rija, para com todos aqueles encerramentos. Deviam clarificar aquelas situações todas, ali, porque ou o Governo anda a gozar com

Ferreira do Zêzere ou não lhes é dito tudo. Uma outra coisa que, também tinha visto numa reunião de Câmara, foi que o Sr. Manuel Simões Nunes disse que tinha sofrido danos, nas suas instalações, na Zona Industrial, e alegou terem sido derivados pela deficiente drenagem. Perguntou no que é que aquele assunto deu. Parece-lhe que quando uma coisa nasce torta, dificilmente se endireita e, a Zona Industrial vai por esse caminho. Falou em seguida da questão dos quilómetros atribuídos às associações. Faz parte do Rancho Folclórico do Alqueidão de Santo Amaro e ainda recentemente receberam um convite para irem a Vila Nova de Gaia, e por serem mais de duzentos quilómetros, não têm possibilidade de ir. As Bandas Filarmónicas têm mais quilómetros e, nestas situações deviam ser abertas algumas exceções. É evidente que não estão a nadar em dinheiro mas custa-lhe quando uma instituição, seja ela qual for, esteja vedada a representar o Concelho por uma situação à qual, facilmente, se poderia dar a volta. Pediu alguma compreensão naquele tipo de situações e, naquilo que puder ajudar, lá estará. Em relação à questão dos convites à Assembleia Municipal, não sabe se pode ir visitar a Resitejo ou não, espera que seja numa data em que possa. Mas, por exemplo, houve um convite para a inauguração da UCC Maria Dias Ferreira, do qual não teve conhecimento. Só teve conhecimento daquela inauguração no dia a seguir e, queria que lhe clarificassem se os convites são feitos ao Presidente da Assembleia Municipal ou também são feitos aos Membros da Assembleia Municipal. Não recebia nada e depois só recebia ali aquela informação. Muitos daqueles convites passaram, e uma pessoa não tendo conhecimento não está presente. Se o convite só era feito ao Presidente da Assembleia Municipal tudo bem, mas sempre que forem feitos aos Membros da Assembleia, poderiam ser facilmente reencaminhados por *e-mail* e, dentro das possibilidades de cada um, estariam presentes.-----

O Presidente da Assembleia Municipal interveio dizendo que aquele assunto lhe dizia respeito e que iria com o José Simões arranjar forma de, quando os convites forem extensivos aos membros da Assembleia, todos tomarem conhecimento.-----

O Presidente da Câmara Municipal desejou boa noite a todos e, começando por responder ao eleito local Carlos Martins, mencionou que era verdade que há muito tempo andam a enganar o Interior. Não é nada que não viesse de Governos anteriores. Muda a cor mas continuam a ser espoliados com frequência. É certo que os votos não estão no Interior mas um País não pode ser governado só para os votos, tem de ser governado para as pessoas que habitam os territórios, que são tão portugueses como os outros. É urgente aquele Governo ou outro Governo qualquer, e se for do PS será mais fácil pois já tem as coisas preparadas para resolver tudo, pensar e olhar para os territórios do Interior, fazer alguma discriminação positiva porque senão qualquer dia a única coisa que há no interior são ruínas. Mais ano, menos ano ardia tudo porque não havendo pessoas, não há limpeza, não havendo limpeza, os fogos começam e ganham, rapidamente, dimensões gigantescas como já todos assistiram. A tendência é para agravar, caso não se inverta este ciclo de desertificação. Há muitas teorias para combater a desertificação mas, o certo é que, até à data, infelizmente nenhuma delas deu resultados. Já se baixaram os impostos, já se lançou outro tipo de incentivos fiscais mas pensa que não é o suficiente para atrair pessoas. O que faz vir as pessoas, sem dúvida nenhuma, são empresas e instituições que tenham volume, que obriguem as pessoas a deslocar-se para o Interior. Nos Estados Unidos faz-se, há muitos anos, com as próprias universidades. As grandes universidades, não estão nas grandes cidades, estão espalhadas e, à volta das universidades, nascem depois as cidades. Deu o exemplo de Tomar e pediu que imaginassem Tomar, se perde-se o Politécnico. Um dos desafios que fez ao Poiares

Maduro e que considera a maneira de ajudar o Interior, é tentar atrair coisas para o Interior que este não tem capacidade de desenvolver. Não é o Presidente da Câmara, ou os Presidentes de dez Câmaras que conseguem trazer para o Interior algumas das coisas que às vezes aparecem para se instalar no país mas, um AICEP ou outro organismo do Estado consegue, desde que tal seja viável. Exemplificou com o caso do *Call-Center* da PT, na Covilhã, e que emprega umas centenas de pessoas. Muitos destes investimentos têm que começar a ser deslocalizados das cidades para o Interior. Para Ferreira do Zêzere, para a Sertã, para Oleiros, pois não se pode pedir tudo para Ferreira do Zêzere. Foi esse o desafio que lançou, não é uma coisa que se faça rapidamente, mas pode acontecer aparecer uma empresa que precise de uma área que se coadune com o que existe em Ferreira do Zêzere e rapidamente se concretize. Também pode não acontecer, mas se não houver vontade e, sobretudo, sensibilidade política e, a sensibilidade não custa dinheiro, com certeza os investimentos não aparecem no Interior. O mal de todos os governantes, é que a maior parte deles cresceu nas cidades, sempre viveram nas cidades, nunca vieram ao Interior e estão-se literalmente borrifando para o que se passa cá. Portanto, antes de serem Secretários de Estado ou Ministros, deveriam ser todos Presidentes de Câmara, Presidentes de Junta e Vereadores pelo país. E, se assim fosse, com certeza, ter-se-ia um país muito mais equilibrado e muito mais justo. Em relação ao Tribunal, a luta estava difícil, tudo apontava para o encerramento, mas a esperança é a última a morrer. Foi entregue no Supremo Tribunal Administrativo, em Lisboa, uma ação popular para evitar o encerramento. É muito complicado evitar o encerramento mas, vai dar algum trabalho ao Governo, porque se fosse uma providência cautelar bastava invocar o interesse público e caía imediatamente. Uma ação popular já obriga a algum trabalho. Podia acontecer não conseguirem fechar o no dia 1 de

setembro, como queriam. No dia 2 a lei vai ser debatida no Parlamento e tinha um convite, extensível ao Presidente da Assembleia, para estarem presentes no hemiciclo em Lisboa. Informou que não podia estar presente, por ter de se ausentar do país, mas iria o Vice-Presidente representar a Câmara. Informou que não iam ter Loja do Cidadão em Ferreira do Zêzere mas sim um Espaço do Cidadão. O Espaço do Cidadão vai ter as Finanças, que segundo o Ministro ou ficavam como estão ou integram este espaço, portanto não há a hipótese de fecharem. Foi o que o Ministro lhe tinha transmitido e que foi confirmado pelos dois Secretários de Estado. E, serão os mesmos funcionários com o mesmo *software*, com o mesmo *hardware*, com o mesmo *front-office*, portanto ficará praticamente tudo na mesma, mas não se irá chamar Finanças, chamar-se-á Espaço do Cidadão. Outra das valências será Segurança Social. As três pessoas que estavam na Segurança Social tinham pedido a aposentação. Portanto, corria-se o risco do espaço fechar de um dia para o outro e foi o que veio a acontecer. Durante algum tempo, disse a algumas pessoas que conhecia e que estavam ligadas ao Estado, para pedirem transferência para a Segurança Social de Ferreira do Zêzere, caso quisessem vir para Ferreira. Sabia que apenas uma pessoa tinha pedido transferência e, quando pediu, já foi tarde demais porque entretanto, a Segurança Social tinha dado instruções rígidas para não haver mais transferências. Quando aquele assunto lhe foi colocado foi falar com o Diretor da Segurança Social, e mostrou-lhe o bigode um bocadinho enfiado e virado do avesso. Disse-lhe que aquilo não podia ser, mas ele continuou a dizer que iria fechar porque não tinha pessoal, não ficava a pagar renda e não queria gastar um tostão em Ferreira do Zêzere. Respondeu-lhe que não seria por isso que a Segurança Social ia embora porque a Câmara arranjará um espaço onde o Estado não pague renda, luz e água e, ficou com o compromisso de, estar a funcionar dois dias por semana, sem

tesouraria, porque a maior parte das coisas podem ser pagas no banco ou nos correios, embora o ideal fosse haver também tesouraria. Explicou que, estando a Segurança Social a funcionar só dois dias, tinha-se a garantia que já não fechava porque era obrigada a passar para o Espaço do Cidadão quando fosse criado. Se tivesse encerrado, já não estava vinculada a isso. Continuou dizendo que o Espaço do Cidadão iria ter a renovação da carta de condução, assuntos relacionados com ADSE, o registo criminal, que atualmente se tira no Tribunal, o Cartão de Saúde Europeu ou Passaporte Azul e mais um conjunto de serviços que não se tem presentemente. Com certeza irá permitir poupanças. Outra garantia que tem em relação ao Espaço do Cidadão, é que a Câmara vai ser sempre um parceiro ativo. Portanto, o que vier a acontecer, a Câmara e o Presidente da Câmara têm que estar envolvidos e assinar um acordo de parceria com eles. Ainda não lhe tinham dito o que é que queriam da Câmara, mas desconfia que vão querer um funcionário ou dois, pelo menos, que a Câmara arranje um espaço e, aqui vai sugerir que o espaço para essa loja, seja onde são, atualmente, as Finanças. Portanto, era essa a ideia que iria tentar vender, que o Espaço do Cidadão fosse implementado nas Finanças. À questão colocada pelo eleito local Armando Alexandre respondeu que poderia perguntar a quem quisesse do PS e do PSD, sobre o acordo para encerramento dos Tribunais, que ninguém ia confirmar. Pessoalmente sabe quem o tinha feito, mas também não ia dizer, nem ia dizer como é que sabia porque era suposto ser confidencial mas, as coincidências não existem. Bastava olhar para o caso de Ferreira do Zêzere. Que cumpriu tudo, portanto não estava em condições, de ser encerrado, assim como alguns do PS também não. E logo tiveram o azar de Ferreira do Zêzere ser um Concelho no distrito de Santarém, se fosse um Concelho de Leiria, se calhar tinha escapado. Mas não podia dizer a história toda. Em relação aos

terrenos da Junta de Dornes que estão penhorados, convinha fazer um pouco de história porque dizer só aquilo dava a ideia que o Presidente da Junta de Dornes ou o pessoal de Dornes são uns arruaceiros que não cumprem nada e tem as coisas penhoradas. Informou que se tratou da limpeza de um terreno onde se incluíam umas acácias. Foi feita uma denúncia ao ambiente e foram aplicadas três coimas à Junta de Freguesia, as quais totalizaram 80 mil euros. O advogado da Câmara, como era hábito com todas as Juntas de Freguesia, tomou conta do processo. Têm andado a reclamar, perderam em Tribunal, mas definiram uma estratégia pois, em Portugal, com a Justiça, vale a pena, por vezes, ter estratégias. Se resultava para milhões de euros pode ser que resulte para 80 mil euros. A estratégia está definida para não se pagar nada. O Presidente de Junta nunca acreditou muito quando lhe dizia para ter calma e que não se iria pagar nada. Mas há uma estratégia definida, que tem estado a ser trabalhada mas, se fosse outro tipo de infração, a Junta poderia não ter tido o seu apoio nem o apoio da Câmara. Tendo em atenção a infração que foi, não prejudica ninguém, não se fez mal a ninguém, não se poluiu, apenas se cumpriu um pedido da senhora do terreno ao lado, que tinha receio dos incêndios. A paga depois tinha sido uma denúncia. Portanto, foi a paga pela Junta ter feito o trabalho, ter limpo o terreno, ter querido dar melhores condições para as pessoas de Dornes e para os Ferreirenses que gostam de usufruir o rio. A estratégia passou por não se pagar a multa e pensa que não se irá pagar um tostão. Efetivamente, há coisas que são impenhoráveis. Os edifícios da Junta, os computadores, as canetas, a carrinha são impenhoráveis. Quanto aos terrenos se forem terrenos devolutos poderão penhoráveis e poderão ir a hasta pública. No caso do terreno que se diz ser da Câmara, o terreno é, efetivamente, da Junta mas a Câmara, com a autorização da Junta, construiu lá um polidesportivo. Como há uma boa relação com todas as Juntas

de Freguesia, na altura fez-se um acordo para se fazer o edifício e nunca mais ninguém se lembrou de passar o terreno para nome da Câmara. O que lhes valeu foi o polidesportivo valer muito mais do que o terreno portanto, a posse do terreno, passa quase automaticamente para a Câmara. A Câmara opôs-se à penhora daquele terreno e o Tribunal deu razão à Câmara. Acredita que nada será posto em hasta pública, e se for será um terreno a caminho da Maceira da Rocha que, era para ser um cemitério. Portanto será um terreno que, em hasta pública, valerá mil a dois mil euros. Em resposta ao eleito local Bruno Gomes informou que o preço do lixo não subiu nem vai subir, tal como aconteceu no ano anterior. Quanto à água não subiu o ano passado nem este ano sendo que em 2013 a água aumentou, para a Câmara, 7%, e em 2014 aumentou 0,8%. Não aumentaram a água porque têm a noção que a água já está cara em Ferreira do Zêzere. É a segunda água mais cara das Águas do Centro. Também sabe quanto é que exploração de águas dá de prejuízo, mas também tem conhecimento que os Ferreirenses não têm bolsos fundos. Portanto, optou-se por fazer um sacrifício, do lado da Câmara, e suportar mais algum prejuízo em vez de estar a aumentar novamente o preço da água. Todos sabem que está em cima da mesa a privatização das águas ou a concessão das águas a outra empresa que não as Águas do Centro e, há um estudo que aponta que o preço da água, com saneamento incluído e o lixo, irá subir. O preço-alvo, dos estudos que existem, será 1 m³ de água, com saneamento e lixo, custar 2,50€. Portanto, a água em Ferreira do Zêzere custa, no primeiro escalão 0,85€, o saneamento custa 0,70€ adicionando o valor cobrado pelo lixo, estar-se-ia já a falar em 2,00€ e pouquinho sistema atual. Quem gasta 10 m³ de água, tendo saneamento e tendo lixo, paga perto dos 20€ portanto, muito próximos do preço-alvo. Se a Câmara fosse subir o preço, corria-se o risco de se ficar com um preço superior ao preço-alvo, o que também não fazia sentido, estar-se

a cobrar mais do que o novo sistema viria cobrar. Se isso ia avançar ou não, começava a ter sérias dúvidas porque tinha estado em Castelo Branco há pouco tempo e, acreditava que o caminho iria o sistema ser todo revisto, em alta, e em vez de uma EPAL, passar-se-ia a ter quatro ou cinco EPAIS em Portugal. Se isso vier a acontecer e a água em baixa não for para outro sistema, podem estar em condições de não aumentar o preço da água aos Ferreirenses durante alguns anos. Se estudos feitos se tornarem realidade, o que também tinha sérias dúvidas, apontavam para que o preço de água em alta viesse a baixar de 0,64/0,65€ que, era o valor que se compra presentemente, para 0,48/0,50€. Lisboa paga a água, atualmente, a 0,40 e poucos cêntimos, e a ideia é, também em alta, nivelar o país. Em relação à reunião com o Poiares Maduro lembrou só que o papão, o bicho feio, não era só o PSD. As Finanças de Ferreira do Zêzere apareciam para encerrar já no mapa da PREMAC do PS. Já havia uns mapinhas, onde se falava em encerrar as Finanças em Ferreira do Zêzere e, portanto, não é uma novidade que o PSD inventou agora. É contra na mesma e, também não percebe uma teoria, que às vezes, lhe tentam vender, que é dizerem-lhe que encerra porque as pessoas continuam a diminuir em Ferreira do Zêzere. Se tirarem os serviços, de certeza, ainda diminuem muito mais. Gostou do esforço do eleito local Bruno Gomes de “*se eu fosse Presidente da Câmara entregava o cartão*”, acha muito bem e é coerente com ele. Já viu escrito por ele que concorreria pelo seu partido ou mesmo como independente, se achasse que seria melhor para a tua terra. Pediu que não o levasse a mal mas não faria isso. Esclareceu que não governa nem pelo *Facebook* nem para o *Facebook*, por isso podem continuar a desabafar, podem continuar a provocá-lo pois só se deixava provocar quando quer. Em relação ao Sr. Manuel Simões é certo que ele, teve água numa cave, mas também é certo que a cave está mal construída. Ainda não foi ver se está

legal mas tinha as suas dúvidas. Tentaram minimizar os impactos do que estava a acontecer, colocando uma bomba para tirar a água, mandado lá pessoal e ajudando a retirar umas limalhas de aço a que chamam granalha. Já adotaram algumas medidas, para minimizar a água junto da oficina dele, aquando da construção da Zona Industrial, e vão construir mais um canal para retirar a água que acumula ali. Há pessoas que vão andar de moto e de jipe para a Zona Industrial tirando a terra para a estrada, o que entope as caleiras de cima, trazendo água para baixo. A água que, deveria ser dividida em dez ou doze caleiras, aparecia depois só em duas ou três e vai aparecer junto da oficina. Portanto, estão a colocar correntes em algumas zonas para evitar que atirem terra para a estrada, estão a tornar mais vertical uma barreira para evitar a circulação de jipes e motos. O senhor acha-se no direito de ser indemnizado, não lhe disseram que não e, conforme consta numa ata da Câmara, em que o senhor esteve presente, foram-lhe pedidos os documentos que acharam necessários de acordo com o que a jurista da Câmara sugeriu. Ou seja foram-lhe pedidas faturas para justificar a indemnização que ele pede. Parece-lhe que o senhor não tem faturas do material que diz que se estragou. O senhor já deixou passar o prazo para apresentar documentos. Pediu para reunir com ele para ver, que papéis tem para apresentar e para ver se se tem ou não que o ajudar a resolver alguma coisa. Mas, se a cave estiver ilegal não podem estar a beneficiar um infrator que fez uma obra ilegal sem projeto. Se tiver licença irão ver o que podem ajudar ou, o que são obrigados a ajudar. Gosta de resolver as coisas sempre da maneira mais fácil mas pensa que tem que defender os interesses de todos os Ferreirenses e não podem dar nenhuma indemnização se não poderem dizer que foi a Zona Industrial que causou aquilo. Se o senhor tiver razão irão arranjar maneira de o compensar, não em tudo como ele quer, mas arranjar-se-á maneira de mitigar os prejuízos. Se bem que o

senhor é uma pessoa que não se pode queixar muito da Câmara porque esta já lhe deu cerca de 10 mil euros para pintar o edifício, resolver as “*estaladelas*”, e um motor que se estragou com o pó da Zona Industrial. Mas se ele achar, que depois de tudo, está prejudicado, só tem um caminho que é ir para Tribunal ou para as entidades competentes, embora não seja este o caminho que gosta de seguir. Em relação aos quilómetros para as associações, informou que naquele mesmo dia, e na sequência dos ranchos terem mostrado necessidade de mais quilómetros o Vereador Hélio apresentou uma proposta, e tinham deliberado, por unanimidade, igualar os ranchos federados às filarmónicas. Melhoraram também, um bocadinho, o rancho não federado, duplicando o número de viagens, os quilómetros e aumentado em 50% o tamanho da maior viagem. É algo que irá ser transmitido rapidamente, e assim podem ir a Vila Nova de Gaia e ainda ficar com mais alguma reserva. -----

O eleito local Carlos Martins no uso da palavra perguntou se já havia previsão para a abertura do Espaço do Cidadão. -----

O Presidente da Câmara Municipal em resposta informou que uma das propostas que fez foi, que dos quarenta espaços que estão presentemente em cima da mesa, um deles fosse, o mais rapidamente possível, o de Ferreira do Zêzere. Um dos argumentos que usou foi o encerramento do Tribunal. Se Ferreira do Zêzere vai perder o Tribunal a 1 de setembro, é de toda a justiça que a 1 de setembro se tenha, pelo menos, onde tirar um Registo Criminal. Não está a pedir nada de outro mundo. Não faz sentido nenhum, no princípio de setembro, alguém querer tirar um Uso e Porte de Arma ou tratar de outro assunto, em que precise de um Registo Criminal, e ter que ir a Tomar tirá-lo. Deu o exemplo dos técnicos da Câmara que vão fazer as férias desportivas, que precisam apresentar o Registo Criminal em como estão “*limpos*” para aquela atividade. Informou que teve uma reunião política com os

deputados do PSD, em que lhe foi transmitido que, a ideia foi bem acolhida pelo Ministro e pelo Secretário de Estado, Leitão Amaro. Portanto, está à espera de ser contactado para começar a negociar as coisas até ao fim do corrente mês. Acredita que até setembro se tenha Loja do Cidadão. A ideia foi bem acolhida e espera, sinceramente, que desta vez não lhe mintam e que seja possível ter o Espaço do Cidadão rapidamente aberto. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

1.º - Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Não houve intervenção do público. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1.º - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

O eleito local Aurélio Nunes, no uso da palavra, começou por referir que no apoio, em termos de área social, a famílias carenciadas havia uma ação denominada “entrada solidária” que apoiou 10 famílias, depois o “banco alimentar” apoiou 15 famílias e as “cantinas sociais”, 26 famílias, ou seja um conjunto de 51 famílias, admitindo que não havia repetição da mesma família. Perguntou ao executivo e ao Sr. Presidente da Câmara, se tinham conhecimento das famílias que são carenciadas no Concelho de Ferreira do Zêzere, presentemente, a necessitar de ajuda. Se são apenas aquelas e que grupos etários são. Relativamente ao desperdício de água, o relatório fala na adjudicação de trabalhos à empresa HUBEL, S.A sobre perdas no abastecimento de água que atingem valores incontroláveis. Todos sabem que, de

facto, se alguma coisa correu mal, não em todo o Concelho mas, em algumas Freguesias do Concelho, foi efetivamente o abastecimento de água. Já há 30 anos que as perdas eram enormes. Pediu que lhe dissessem se, na realidade, as coisas melhoraram ou se continuava tudo, praticamente, na mesma como estava há 30 anos atrás. -----

O Presidente da Câmara Municipal, em resposta, referiu que, como todos sabiam aqueles dados que lhe pedia, na sua essência, eram confidenciais pelo que iria falar de forma genérica, não de forma a dar a saber quem eram as pessoas, pois algumas delas nem mesmo o próprio sabe, porque existe uma técnica de serviço social a tratar disso. Nos números referidos não há repetição da mesma família. Essencialmente, estão a apoiar pessoas idosas, pessoas com alguma dificuldade e/ou mobilidade, com dificuldade em ganhar a vida de forma ativa, não só por doença, deficiência, ou mesmo por desemprego. Também apoiam famílias com alguns filhos, pessoas com alguns vícios e apoiam famílias que, a coisa que menos precisam é de apoio, mas sim de orientação. Em algumas famílias o problema é descontrolo financeiro, e também alguns problemas cognitivos, o que faz com que a pessoa mais facilmente se desequilibre e não saibam gerir bem o seu dinheiro. Confessou que nalguns casos falta dinheiro para os filhos mas nunca falta o dinheiro para o tabaco. É uma coisa que lhe faz alguma. Continua a haver pessoas que vêm pedir coisas à Câmara, a esfumaçar, penduradas no telemóvel, com o jornal debaixo do braço, mas que não poupam dinheiro para dar comida aos filhos. Mas não se podem penalizar as crianças. Às vezes dá vontade de dizer que não, mas se se disser que não aos pais, os principais castigados são os filhos. Voltou a apelar a todos os presentes para, sempre que tenham conhecimento de casos que precisem de apoio, os façam chegar à Câmara ou à Junta porque em comunidade, todos se apercebem mais facilmente de

quem precisa de apoio. Já aconteceu os técnicos irem a casa das pessoas que são sinalizadas, e estas negam. Por isso a abordagem já é feita de maneira diferente. Infelizmente já aconteceu, a Câmara ter que ir ajudar a limpar um apartamento que estava imundo, que tinha dezenas de sacos de comida dados pela Câmara e por outras entidades, completamente podres, cheios de minhocas e fechados na varanda. A comida começou a apodrecer, entupiu a drenagem da varanda e a água começou a entrar nos outros apartamentos. Há pessoas que recebem 10 quilos de arroz, porque às vezes é-se obrigado a entregar volumes grandes de comida, e vão vender ao vizinho do lado para ficarem com dinheiro para irem comprar tabaco. Ajudar de forma justa é extremamente difícil. Depende muito daquilo que vai na consciência de cada um e, sobretudo daquilo que se é como povo. E, como povo, nestas coisas, todos são muito fraquinhos. Voltando ao assunto da água, referiu que é verdade que há redes muito antigas com alguns problemas de construção, se calhar, desde o princípio e há terrenos complicados, sobretudo lá para o lado do Dr. Aurélio, em que a água rebenta e nunca mais se vê. Informou que é normal encontrar grandes ruturas na zona de Chãos, dando o exemplo de uma que perdia 6 mil m³ de água por mês ou seja, 5 mil euros por mês, e não aparecia uma gota à superfície. Tem-se feito um grande investimento na deteção de ruturas de água e tem-se conseguido melhorar os números de forma significativa. Só que as ruturas são cíclicas. Vem o calor, aumentam as ruturas. Estão a fazer um concurso com a HUBEL, de cerca de 5 mil euros por ajuste direto, em que vão fazer um estudo para tentar reduzir as fugas da água. Tem outra empresa com uma tecnologia que se diz inovadora e que está disponível para partilhar o risco de não ter sucesso. A Câmara apresenta os valores reais das ruturas que tem e a empresa diz que baixa x % e se não baixar também é penalizada. Não sabe qual é a tecnologia e vai reunir com eles, mas julga que não é

demais haver duas empresas a estudar o assunto, porque as ruturas são imensas. Existe também outro problema, no qual já estavam a trabalhar, que é a existência de zonas com pressão a mais. Ir-se-ia ter de baixar a pressão nas redes. Vão ter de tirar pressão na rede e criar câmaras de perda de pressão mas, será algo que vai ter um retorno rápido no investimento que se vai fazer. O objetivo é ter ruturas na casa dos 15% o que já é muito bom. -----

O eleito local Armando Alexandre sugeriu que, nas faturas da água, aparecesse um número de telefone direto para denunciar as ruturas. Isto porque, quando há uma rutura, as pessoas não se preocupam. Pessoalmente, quando falta a água tem a preocupação de ir verificar se há alguma rutura na zona, para comunicar. Se as pessoas forem consciencializadas para quando lhe falta a água em casa, irem verificar e alertarem, o desperdício será reduzido.-----

O Presidente da Câmara Municipal referiu que o número de telefone está na fatura há muitos anos. Um Ferreirense que se preze descobre que não tem água às 8 horas da manhã mas queixa-se só às 5 horas da tarde. Já alertou várias vezes para comunicarem logo, assim que verificam a falta de água. É urgente notificar sempre.

2.- Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O eleito local Armando Alexandre verificou, no ponto 7 da certificação legal das contas, uma *reserva* pelo facto do revisor oficial de contas não ter recebido, do advogado do Município, resposta ao pedido de informação que lhe foi solicitada sobre litígios. Perguntou de que se tratava. -----

O eleito local Aurélio Nunes interveio dizendo que a sua primeira questão se prendia com o balanço, onde aparecia em existências, umas provisões de 378 mil euros, que não eram do exercício, nem do exercício passado mas que eram de

exercícios anteriores a 2012. Não teve acesso aos balanços e às demonstrações de resultados dos anos anteriores, daí a sua questão. Na análise de execução orçamental, nomeadamente, na componente de despesas correntes, era-lhes dito que, de alguma maneira, as despesas correntes de 2013 tinham subido em relação 2012 mas, praticamente não haverá problemas, porque as receitas correntes também subiram e, subiram até mais. O que verificou, na análise do próprio gráfico e dos valores que ali apresentam, é que as despesas correntes ao longo daquele período de cinco anos em análise, tinham, valores muito próximos de 2009/2010. Em 2011 sobe um bocadinho, não muito. Em 2012 houve uma subida mais significativa e, em 2013 voltou a haver uma subida significativa. Era evidente que, aquela subida de 2012, ainda é um pouco mais agravada porque, em termos de custos com o pessoal, não foram pagos os dois subsídios, o de férias e o de natal. Era evidente que grande parte da subida de 2012 para 2013, advinha de pagar os dois subsídios mas esse valor, ronda os 209 mil euros. Via-se ali um aumento de 980 mil euros, portanto 700 e tal mil euros de aumento. Dizia ali que aqueles 700 e tal mil euros ou, parte deles, eram gastos assumidos em 2012 e que foram liquidados em 2013. Ficava a dúvida porque, na realidade, não tinha tido acesso àqueles gastos de 2012 liquidados em 2013. Punha um bocadinho em causa o argumento que ali estava, porque se havia alguma que se tinha de fazer, era tentar diminuir a despesa corrente. Haveria pessoas que não gostavam daquilo, mas era tal qual o Orçamento de Estado, quer se queira quer não, é para aí que se tem de caminhar. O que significa que não se pode pensar que, aumentando a receita, não há problema em aumentar a despesa. Têm de continuar a fazer o esforço para obter um melhor resultado. Provavelmente o aumento da receita deriva, principalmente, do aumento dos impostos diretos, nomeadamente, do IMT, IMI e o imposto sobre veículos. Ora em 2014, em princípio, o IMI ainda vai subir

mais porque terminou a cláusula de salvaguarda. Portanto, ainda haverá uma maior receita. Em relação à rubrica “saneamento, abastecimento de água e resíduos sólidos” e, em termos de despesas da rede de esgotos perguntou se as Águas do Centro intervêm ou se é a Câmara que intervém. -----

O Presidente da Câmara Municipal respondeu que as Águas do Centro, em matéria de saneamento, só intervêm em alta. -----

O eleito local Aurélio Nunes retomou a sua intervenção dizendo que não sabe qual era a população do Concelho que atualmente está abastecida por rede de esgotos. Mas pensa que não será muito elevada, admitindo que naquele campo não conhecia bem o Concelho. Em sua opinião, nos próximos anos a Câmara terá que investir nesta área, não esquecendo que está aí novo Quadro Comunitário de Apoio. Por vezes os “políticos”, não gostam muito daquele tipo de despesas porque, é despesa que não se vê. Se o executivo pensar e definir, como objetivo ter, daqui a 4, 5 ou 6 anos, a população do Concelho abastecida por uma rede de esgotos em cerca de 80 a 90%, será ótimo. Também não sabe qual é o valor envolvido, pelo que está falar um bocadinho por alto mas, frisou que se havia alguma coisa de investimento a fazer no futuro seria, efetivamente no saneamento. Pois, é precisamente um índice de desenvolvimento. Outro ponto prendia-se com as *dívidas de terceiros a curto prazo*. Verificou que há uma subida em termos de dívidas de terceiros muito significativa. A ideia que dá é que a Câmara está a prestar muito mais serviços que aquilo que prestava em 2009. Perguntou se houve ali algum alargamento dos prazos médios de recebimento, admitindo que, efetivamente, também prestava mais serviços. Quanto aos rácios económico-financeiros era evidente que quando entram os fundos próprios, não lhe dizem quase nada. Mas o da Liquidez Geral dizia-lhe alguma coisa, pois bastava olhar para aquilo e diz logo que tem um Fundo Maneio negativo.

Aparecia ali com 43%. A conclusão a que chegou foi que, se pegassem no ativo circulante e com ele tentassem pagar as responsabilidades de curto prazo, a ideia que dá é que existe, por vezes, alguma falta de possibilidades de pagar tudo atempadamente. A Câmara tinha ali dívidas bancárias, que pensa que eram 6 milhões e 200 mil euros, de curto prazo. Era fácil olhar para o balanço e ver quais eram os valores. Pessoalmente, aquele valor não o assusta, porque se olhasse para outro quadro que ali lhes era apresentado pelo serviço da dívida, nomeadamente, os *encargos financeiros*, quando olhava para as taxas de juro, dizia que tomara uma empresa privada ter as taxas de juro que a Câmara tem, com exceção de, talvez uma. Como ainda tem capacidade de endividamento é de opinião que a Câmara está em condições, de pelo menos até 2020, poder avançar com algum investimento na rede de esgotos. Relativamente ao investimento privado no Concelho, não há milagres. Há algumas desvantagens comparativas, nomeadamente o acesso a portos, mas é preciso ter em atenção que, atualmente, uma boa parte das exportações e das importações do país são feitas via camião. E, na realidade, em transporte rodoviário, Ferreira do Zêzere não está assim tão mal. O ideal seria terem algumas matérias-primas para que os investimentos feitos, utilizassem as matérias-primas. Era aí que tinham de se agarrar.-----

O eleito local José Manuel Duarte, no uso da palavra, desejou boa noite a todos e referiu que tinha gostado bastante de ouvir a reflexão do Dr. Aurélio Nunes mas, havia questões ali que todos se tinham de interrogar, e pensar seriamente nelas. Por vezes, quando ouve ali, e mesmo publicamente, aquelas discussões à volta do desenvolvimento empresarial do Concelho, tinha de sorrir e, não era qualquer arrogância nem piada. Mas as pessoas às vezes estão ainda muito longe de perceber certas dinâmicas dos movimentos exportação/importação e da implantação de zonas

industriais e, isto porque as pessoas são usufrutuários e vítimas de coisas que acontecem à sua volta. Exemplificou com os produtores hortícolas do Concelho que tinham um problema muito grave, que era sair com um camião, por uma autoestrada, pois os mercados que compram estes produtos, estão a quatro unidades de tempo, pior para Portugal sendo grande concorrência a França, a Bélgica, a Holanda e, Portugal está a vender para mercados de Leste, como a Polónia, onde o nosso produto chega com 2 mil quilómetros de atraso. Portanto, levantava-se ali um problema muito mais complexo que era equacionar qual iria ser o futuro no caso das exportações e, sobretudo, no caso da zona centro do país, do transporte em camião. Atualmente os hortícolas portugueses vendem muito bem quando os países do centro da Europa têm um inverno terrível. Pediu que vissem, naquele contexto todo, o que é que significa Ferreira do Zêzere com o seu Parque Industrial. Ainda há muito pouco tempo, tentou trazer um empresário das águas para o Concelho, depois disso, já tinha tentado trazer um da logística por causa do Parque Industrial. E, tinha sido ele que lhe tinha dado aquela aula. Disse-lhe logo, imediatamente ali, que estava fora de questão abrir uma unidade de logística em Ferreira do Zêzere, houvesse os acessos que houvesse porque não transportava camião nenhum daqui para o leste da Europa. Sobre os documentos de prestação de contas olhou distraidamente pelos números ficou muito contente de ver um gráfico que falava que as dívidas estavam a descer, mas depois, ouviu o Dr. Aurélio a dizer que afinal estavam a subir. Uma coisa que realmente o preocupa é a execução das grandes opções do plano e, pelo que analisou, ficou muito contente. Acha que a Câmara está a pedalar ao ritmo possível. Mas perguntou se não seria caso dos Presidentes das Juntas de Águas Belas, dos Chãos e da Igreja Nova do Sobral estarem um bocadinho zangados com a execução dos arruamentos das suas terras. -----

O eleito local Bruno Gomes interveio afirmando que não tinha muito a dizer pois a intervenção do Dr. Aurélio era a intervenção de base e muito bem. Em relação ao Parque Industrial e às indústrias bem sabia que o Município não tem a faca e o queijo na mão, nem consegue fazer milagres mas, o que era certo, é que aquele assunto devia ser pensado de melhor forma. No fórum “*Pensar Ferreira*” discutiu-se aquela matéria e foram dados exemplos de autarcas, tanto do PS como do PSD, que realmente faziam as coisas de forma diferente, preparando as candidaturas ou, pelo menos, preparando a imagem do Município de uma forma mais audaz e, com isso conseguiam empreender e conseguiam buscar muitos empresários. O orador pertenceu aos quadros da AICEP e dizia que havia autarcas que lhe davam maior garantia de que receberiam melhor determinados empresários. Parece-lhe que aquele assunto tem de ser pensado de forma séria, porque se podem ter as mesmas condições que determinados Municípios e, numa situação de igualdade, tem de se ter a audácia de conseguir dar a entender aos empresários, que se queiram fixar na zona, que Ferreira do Zêzere tem melhores condições. Falou-se de muita coisa desde o dossier do investimento e dossier do investidor. Irão ter também um fórum de educação e, possivelmente, um acerca das indústrias e do Parque Industrial. Na Prestação de contas verificou que havia dívidas que estavam para pagar em 1 de janeiro e continuavam com o mesmo valor a 31 de dezembro, pelo que perguntou qual a razão. -----

O eleito local Eduardo Mendes interveio e, antes de se pronunciar sobre a Prestação de Contas, recordou a figura do Dr. Jorge Godinho. Ele que era sempre brilhante, o dia em que ele mais brilhava, era o dia em que se apresentava o orçamento. Independentemente das suas opções políticas, era um técnico conceituado que conhecia o Concelho, que conhecia a realidade das Autarquias e, a

de Ferreira do Zêzere em particular, onde tinha desempenhado várias funções. Deixou-lhe ali a sua homenagem de muita saudade que, certamente, seria partilhada também por alguns de presentes, porque era um trabalho sério, técnico e profundo de análise, que ele todos os anos fazia. Ouviram-se aplausos. Em seguida disse, e esperava que o eleito local Bruno Gomes o confirmasse, que as questões estratégicas, atualmente, já não passam só pela Câmara, passam cada vez mais pela Comunidade Intermunicipal. Está em estudo um grande plano estratégico para a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo que é constituída por treze Concelhos, que começa em Abrantes e acaba em Alcanena. Informou que no dia, 6 ou 8 de maio, se iria realizar, no Convento de Cristo em Tomar uma sessão aberta a Autarcas e outras pessoas interessadas, para recolha de sugestões. Não obstante, as diferenças, muito profundas, que existem entre os vários Concelhos que, compõem a Comunidade, tudo o que seja projetos estruturantes, não vão passar pelas Câmaras, nem no seu estudo, nem na sua apresentação. Tudo aquilo irá passar para uma realidade que já existe mas, que se irá impor cada vez mais. E, quando se fala em extinção de Municípios deve pensar-se que é alguma coisa que passa por isto. Na sua opinião os Municípios não irão ser extintos mas irão ser uma realidade diferente. Portanto, é uma área que vai, com certeza, sofrer grande evolução, e convém que, como Autarcas, estejam atentos. Quanto à Prestação de contas espelhava, em sua opinião, a realidade das contas, a realidade do cumprimento dos projetos e objetivos que o executivo municipal prosseguiu durante o ano anterior. Quanto à questão do endividamento, à qual é um bocado agarrado, e feitas as contas, o que é certo, é que se devia, em 31 de dezembro de 2013, apenas 55% daquilo que se devia em 31 de dezembro de 2010, ou seja, em três anos tinha-se reduzido praticamente para metade um valor que andava na casa dos 7 milhões de euros, exatamente, para 3 milhões,

821 mil euros e uns trocos. E, se forem ver nas contas do mês de março, que lhes foram apresentadas apenas ao relatório de atividades da Câmara já se baixaram mais 300 mil euros, ou seja, em três meses conseguiu baixar-se 10% relativamente àquilo que estava em dezembro. É evidente que aquelas coisas não são lineares ao longo do ano e os projetos na administração pública que, têm um ciclo muito próprio de decisão, execução e pagamento, tendem a que se concentrem na parte final do ano, os pagamentos, não só por força legal de se ter que liquidar determinadas despesas dentro do exercício, mas faz parte do próprio ciclo. Toda a Administração Local, cada vez mais, está tutelada pela Administração Central e independentemente do Governo que lá está, não gosta disto. Não gosta, enquanto autarca, do atestado de menoridade que continuava a ser passado às Autarquias Locais. Há regras para cumprir mas, tem que se admitir que as pessoas que estão nas Autarquias têm capacidade, honestidade e hombridade e, deviam ter conhecimentos ou assessoria técnica capaz de fazer as coisas em condições e não de estarem continuamente a dar informação. Outra coisa que está na Prestação de contas e que gostou de ver é a contabilidade analítica que lhes permite ficarem a saber quanto custa uma série de atividades. Só tem pena que falte ali uma chave de repartição que explique mais claramente quais eram os critérios de imputação, os critérios de afetação e, para aquilo ser bonito, devia haver um orçamento prévio para cada uma daquelas atividades, que permitisse o cálculo dos desvios. É uma área extremamente bonita, uma área necessária na gestão. Congratulou-se e, espera que no fim, se passe a ter ali aquilo que, quanto a si, falta que é a definição de uma unidade de custeio para cada uma das atividades. -----

O Presidente da Câmara Municipal, em resposta às questões colocadas, nomeadamente as *Reservas* no ponto 7, explicou que aconteceu por má

comunicação. O Revisor Oficial de Contas fez o pedido diretamente ao advogado da Câmara e, este achou que não devia dizer nada. Faltou a Câmara fazer de intermediária. É algo que, futuramente, será sanado, até porque a própria lei obriga, de acordo com o número 4 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, que o Presidente da Câmara deve fazer um relatório do ponto da situação dos processos que estão a decorrer. Informou que desde que é Presidente e, até aquele dia, não se tinha perdido nenhum processo e, não se lembrava nem dos anteriores executivos em que tinha sido Vice-Presidente e Vereador, terem perdido nenhum. A Câmara tinha quatro processos ativos, e o ROC levantou a reserva porque não sabe o que pode advir destes processos pois, podem advir indemnizações e, nos bons princípios contabilísticos, deve fazer-se uma reserva para fazer face à eventualidade de vir a acontecer alguma coisa. Dos quatro processos em Tribunal, dois foram levantados pelo STAL derivado ao facto do Estado ter mandado fazer 40 horas e, o Presidente da Câmara, como não podia deixar de ser, cumpriu. O STAL achou que estava mal, foi para Tribunal. Este disse que enquanto estivesse a ser apreciado se fizessem as 35 horas, e assim aconteceu. Em seguida o Tribunal mandou que se fizessem as 40 horas e, voltou-se às 40 horas e, STAL levantou outro processo. A este respeito informou que, na CIMT, combinaram todos fazer um acordo coletivo com os sindicatos para passarem às 35 horas. Em Ferreira do Zêzere, tinha-se uma pessoa sindicalizada no sindicato com que dava para fazer o acordo, senão não havia acordo em Ferreira do Zêzere. Informou o responsável do sindicato que se ia fazer aquele acordo mas, só iria ser implementado, se tivesse visto dos Secretários de Estado. Os Senhores Secretários de Estado visam aquele acordo, e volta-se às 35 horas nas Câmaras todas da CIMT. Pessoalmente acha que as 40 horas são uma vantagem, pelo menos nalguns setores da Câmara, não em todos, mas nalguns traziam. Mas

também não era insensível ao facto de todas as Câmaras em redor voltarem às 35 e Ferreira do Zêzere ficar nas 40. A título de curiosidade, desde que se passou novamente das 35 para as 40 horas, as despesas de manutenção de oficina aumentaram 10% a 12%, portanto, as máquinas começaram a avariar muito mais naquelas 5 horas. Voltando, aos quatro processos, outro era do amigo Afonso, que pedia qualquer coisa como 100 mil euros. O processo já não tem tido andamento porque, o senhor também não paga uma multa que lhe tinha sido imposta, e mais qualquer coisa ao Tribunal. O último, dos quatro processos era um processo ainda mais antigo, e tinha a ver com o terreno onde estavam as bombas da CEPSA, do João Nico, é de 1995/1996 em que aquele pessoal se chateou todo uns com os outros e, depois, a Câmara foi apanhada de tabela. A Câmara é um alvo que está sempre a jeito para ser envolvido nos processos, e tem uma ação de 169.199,54€. Eram estes, os valores que o ROC queria saber para, eventualmente, fazer ou não uma provisão. O que aquilo pode originar, caso se venha a ter uma provisão é que, no ano em que for feita pela primeira vez, os resultados serão prejudicados no valor da provisão. Em relação às despesas correntes e a sua subida em 2012, iria usar a frase muito célebre do Álvaro Cunhal e do Mário Soares, *“olhe que não”*. Explicando porquê disse que os números, por vezes, também, mentem. As despesas correntes desceram em 2013 em relação a 2012. O que aconteceu para, aparentemente, o valor ser superior, foram dois ou três fatores que contribuíram para isso. Primeiro, pagou-se muito mais dívidas que o habitual, por força da Lei 8/2012, lei dos compromissos, que obrigou a fazer uma gestão de tesouraria completamente diferente e o ano 2013 foi o ano em que se teve que *“acelerar o passo”* para cumprir a lei. O que acontecia habitualmente era que todos os anos, se pagava um ano ou seja, como dizia o amigo Sócrates, as dívidas não eram para se pagar, eram para se ir gerindo. No ano de

2013, tiveram de pagar 14 ou 15 meses, porque assim foram obrigados ,e foi isso que fez com que as despesas aparentemente tivessem aumentado. Outro fator muito importante e, que introduzia ali distorções em dois ou três lados, foi o pagamento dos empréstimos bancários terem sido reclassificados. Até 2012, os empréstimos eram despesas de capital e, na sua opinião, fazia sentido porque, habitualmente, os empréstimos são feitos para financiar obras, capital. Mas, como começou a haver muitas Câmaras a fazer empréstimos para pagar dívida, alguém se lembrou que aquelas Câmaras deviam ser apertadas e passar os empréstimos para despesas correntes. Isto vai fazer com que se torne muito mais difícil cumprir o equilíbrio orçamental que diz que as receitas correntes têm que cobrir as despesas correntes. No caso de Ferreira do Zêzere, ainda libertam 500 mil euros para capital, pelo que não afetou. Portanto, só ali tinham sido mais de meio milhão de euros, mais os vencimentos que se tiveram de pagar e que não estavam previstos e somando tudo o que se pagou dos anos anteriores, que foram 300 ou 400 mil euros, estava-se a falar de 1 milhão e 300 mil euros. Aparentemente, tinha subido 1 milhão, o queria dizer que mesmo assim ainda se baixaram cerca de 300 mil euros as despesas correntes. Houve, de facto, uma redução significativa das despesas correntes e tem-se cortado em tudo o que é possível cortar. Uma das medidas que se fez foi controversa, que foi o desligar as luzes durante a noite e, compensando agora com as luzes em menos candeeiros. No primeiro trimestre, gerou uma poupança de 16 mil euros. Portanto, iria cair no intervalo que tinha dito de 60 a 70 mil euros, por ano, de poupança. Em relação ao saneamento, a taxa é baixa (26%, mais ou menos). Lembrou que a questão do saneamento foi o que levou à adesão às Águas do Centro porque, segundo o senhor Secretário de Estado da altura, José Sócrates, seria a panaceia para se resolverem os problemas de saneamento. Aderiram às Águas do Centro com

algumas reservas por causa da água, uma vez que havia com qualidade, em quantidade e com bom preço, mas aderiram na expectativa que o saneamento fosse resolvido, embora não na totalidade porque se sabia que era extremamente difícil. Em 1994, Ferreira do Zêzere foi das primeiras Câmaras do país a fazer um plano-diretor de saneamento básico que apontava para a construção de cerca de 34 ou 36 ETAR'S, qualquer coisa como 9 milhões de contos, na altura, para resolver o problema de saneamento no Concelho, o que era incomportável e continua a ser. Há saneamento em toda a frontaria com o rio, só não há autorização para construir, o que é uma loucura. Só num país como Portugal, é que se fazem ETAR'S com tratamento terciário, com desinfecção com ultravioletas, do melhor que há a nível mundial e, a seguir continua-se a não poder construir. Vai-se para Itália, para o Lago de Como, ou a outro lago qualquer e constrói-se em cima da água porque há ETAR'S que tratam o efluente, e nada vai para a água. É a batalha que vai tentar travar quando o plano de ordenamento da barragem entrar em revisão, porque gastar milhões de euros a fazer saneamento para depois não se poder tirar rendimento dele, não faz sentido. No Quadro Comunitário de Apoio, será uma das prioridades. A Câmara de Ferreira do Zêzere elencou, no quadro intenções para o Quadro 2020, que é o novo QREN, nove ou dez projetos e, pelo menos oito eram sistemas de saneamento. Foi a única Câmara que elencou sistemas de saneamento para o próximo Quadro Comunitário de Apoio porque acham que continua a ser prioritário e, ter incluído o saneamento, fez com que tudo fosse revisto, porque ninguém estava a incluir saneamento e agora já há outros concelhos a incluir saneamento. Em princípio a Câmara de Ferreira do Zêzere não irá concorrer a nenhuma obra sozinha, portanto, tudo o que se irá fazer, será em união com as outras 12 Câmaras e com os privados. Chama-se ITI, Investimentos Territoriais Integrados, que iria juntar num

só projeto o saneamento, a água, a cultura e a regeneração urbana. Quanto a estradas só se for uma coisa pontual que justificasse, e neste âmbito uma das coisas que candidatou foi a ligação de Ferreira do Zêzere ao nó da A13. Também candidatou um pavilhão multiusos para exposições, com uma vertente de incubadora de empresas. No Concelho de Ferreira do Zêzere, para além do saneamento e do referido pavilhão não há grandes obras que façam falta. O país está como está, muito por culpa dos Presidentes de Câmara e da população, porque os portugueses sofrem uma grave doença que é “dor de cotovelo”. Só assim é que se justificam certos investimentos que existem no país. Não era fácil ao Presidente da Câmara vir dizer que um investimento não ia ser feito no seu concelho porque, ia ser feito noutra concelho. A população não queria ouvir aquilo mas tem de se ter a capacidade de se deslocarem para usufruir das coisas. Em relação às dívidas de terceiros estarem a aumentar um pouco, deve-se sobretudo, à alteração que se fez no sistema de faturação de água. A faturação da água era feita em *outsourcing*, era uma empresa do grupo EDP que a fazia e não havia quase conta corrente de clientes. O cliente pagava, o dinheiro entrava no sistema e era contabilizado, portanto, era tudo praticamente contabilizado como receita líquida. Só, no fim do ano, é que era feita a integração de saldos de clientes. Com o novo programa, faturando no município, há contas correntes, portanto, está tudo sempre *on-line*, ao dia, e tem-se sempre os saldos de cada cliente a cada momento, integrado no sistema contabilístico. Antes a conta corrente estava do lado da empresa, não estava integrado no sistema do município. Os prazos médios de pagamento também têm estado a aumentar pois as pessoas estão com dificuldade em pagar as faturas. Durante algum tempo tentou-se reduzir um bocadinho os cortes e o desligar dos contadores, mas quando não se insiste, as pessoas também não vêm pagar voluntariamente. Está-se novamente, a

voltar ao ritmo normal para tentar que as pessoas mantenham as contas em dia. Nas atas das reuniões de Câmara pode verificar-se que há pedidos de pagamentos em prestações que têm sido sempre aceites. Só disse a uma pessoa que não levava a reunião de Câmara o pedido de prestações, porque já era o terceiro acordo que a pessoa pedia e nunca tinha cumprido os anteriores. Estranho ou não, a pessoa arranjou dinheiro e pagou tudo de uma vez. Relativamente à Liquidez Geral, 43% não é bom, mas tomaram muitas empresas terem este valor. Pensa que duplicou em relação a ano anterior e é sinal de que se pagou muito e, portanto, se libertou liquidez. Irá aumentar mais em 2013 pois será o ano em que a Câmara vai ficar desafogada financeiramente porque se vai cumprir plenamente a Lei 8/2012. Cumprindo a lei, não há Câmara nenhuma que tenha problemas financeiros, porque se não comprar nada com fundos negativos, não terá dificuldade em pagar. Pensa que o relatório da auditoria que está no Município será favorável para a gestão municipal. Mas, só se sabe depois de o mandarem. O FEF recebe-se mensalmente, e são cerca, 373 mil euros mais 576 mil. Os problemas de liquidez colocam-se com alguns picos, pois aquele dinheiro era certo mas depois havia os picos, Tinha-se o IMI em maio, em agosto e em dezembro. Isto às vezes origina alguns problemas de tesouraria e cria alguns problemas na lei dos compromissos mas, a própria lei tem uma ferramenta, que é a antecipação de fundos que vai permitindo equilibrar. O investimento privado não se decreta. Todos os dias tentam arranjar empresas e, esclareceu que o executivo trata bem os investidores. Até à presente data não entrou nenhum investidor no seu gabinete, para comprar terrenos para indústria, que não tivesse comprado. A prova em como tratam bem os investidores é ter, em Ferreira do Zêzere, a ZWM que é uma indústria que só há duas na Europa, esta e uma na Áustria. Um grave problema que a empresa tem, atualmente, é a internet, e embora

não dependa da Câmara está a tentar ajudar na resolução do problema. Disse que não esperassem era que, cada vez que estabelecesse contacto uma empresa, publicasse no *Facebook*. Vai ouvindo os empresários, vai estando atento às necessidades deles. A implantação de indústrias e de outros negócios é um triângulo, em que num dos vértices estava matéria-prima, noutra vértice estavam os funcionários ou a mão-de-obra e, noutra estavam os consumidores. E, é aí nesse triângulo que se vai fazer a melhor escolha para se implantar a indústria. Se assim não for, pode acontecer como em grandes zonas industriais que estão melhor situadas que a de Ferreira do Zêzere. É exemplo, a da Barquinha, que é das zonas industriais mais bem localizadas do país. Se calhar é por causa do preço por m² que é 15,00 € ou então não, porque, por mais estranho que pareça, às vezes o preço não é o mais importante. Esteve a negociar com um grupo espanhol de logística que queria, na altura, 150 mil metros para se implantar, e, acabou por não ficar em Ferreira do Zêzere, mas sim em Palmela. O terreno em Ferreira do Zêzere era praticamente dado, pois iria custar 10 mil euros ou menos. E, pagaram 450 mil euros em Palmela. Não foi o preço do terreno que influenciou a decisão mas sim a proximidade aos portos. Outra coisa, que também, o preocupa é que, por vezes todos estão muito sensíveis por faltar isto ou aquilo, mas pode-se cair na esparrela, como já aconteceu de, por um lado se andar a dizer que faltam coisas em Ferreira e, depois quando há iniciativas para resolver esses problemas, andam a fazer vigílias. Isso também não ajuda nada. Informou em seguida que tem um investidor que quer investir uns milhões em Ferreira do Zêzere mas está a ver que a seguir vai haver outra vez vigílias e outras coisas tais e, a malta começava a não estar disponível para isso. Ao eleito local Dr. José Manuel Duarte referiu que tinha visto bem, as dívidas estavam mesmo a descer, e no ano 2013, ir-se-ia baixar novamente de forma significativa, embora não fosse

um valor tão alto. Quanto à execução orçamental, quando apresentou o orçamento para 2013, disse que ia ter uma execução orçamental superior a 85% e, de facto foi cerca de 90%. Sabiam o que tinham feito, sabiam que se estava a trabalhar com um orçamento praticamente base zero, tal como é o de 2014. São orçamentos muito próximos da realidade e acredita que a execução do orçamento de 2014 seja superior, outra vez, a 90%. A Lei n.º 73/2013 diz claramente que ao segundo ano de incumprimento da taxa de 85%, as Câmaras ficam sujeitas a uma inspeção. Em relação à gestão orçamental, em Chãos, Águas Belas e Igreja Nova, pessoalmente só está preocupado com Chãos porque foi a única Freguesia que, no mandato anterior, não teve um centímetro quadrado de tapete. Mas, pensa que já o tinha dito ali e voltava a dizer que ninguém terá um centímetro quadrado de tapete, senão depois de Chãos ter. O objetivo era todos terem, pelo menos, uma estrada nova, no mandato anterior, mas as dificuldades agravaram-se e não foi possível. O ano passado, ano de eleições, só se tinha feito 80 mil euros de tapete. Há muitas estradas a necessitar mas a aposta, vão ser massas a frio. Foi feito um contrato para mil e duzentas toneladas de massas a frio e iam começar primeiro por arranjar as zonas mais necessitadas mesmo que implicasse andarem de um lado para o outro. Para o eleito local Bruno Gomes que falou de forma muito séria, também, de forma muito séria pediu que lhe dissesse dois ou três exemplos de Municípios que fazem diferente, para que possa tomar nota e falar com eles pois está sempre disponível para aprender. A questão dos valores por pagar no início e no final do ano, deve-se, essencialmente, ao facto das empresas não terem apresentado certidões de não dívida às Finanças para poderem receber o dinheiro. Brevemente, naqueles casos todos, iria fazer-se a retenção pois tinha de se começar a limpar aqueles valores para, qualquer dia, a Câmara não ser penalizada por ter valores tão atrasados. Não faz sentido, ter-se um prazo médio de

pagamento a 40, 45 ou 60 dias, e depois aparecer lá dois tipos aos quais se devia há dois anos ou três. Tinha que, de uma forma ou de outra, eliminar aquelas dívidas. A contabilidade de custos custa muito implementar, mas é algo fundamental em todo o tipo de instituição, empresas e, a Câmara não foge a isso. Tem sido uma luta com muito trabalho que o pessoal da contabilidade tem tido para implementar. Têm grande mérito nisso. Não é a contabilidade de custos perfeita. É o ano zero, o arranque. Nada melhor para quem gere, ter ferramentas para gerir. Nas chaves de imputação, aparecem custos diretos e custos indiretos. Os custos diretos são a mão-de-obra. Já se sabe que o funcionário x , y , z custa x à hora porque já há o custo-padrão hora de cada funcionário, consoante a categoria. Sabe-se também o custo de máquina. As amortizações são proporcionais. O Dr. Hélio estava farto de o chatear dizendo que aquele tipo de custos encarecia muito as atividades culturais, tendo perguntado no caso de não haver nenhuma atividade no Centro Cultural a quem eram imputados os custos. São imputados ao próprio Centro Cultural, mas se houver atividades, tem que ser imputados nos dias em que há. Portanto, o caminho era para se chegar ao custo por utente. É um caminho que se vai fazendo, embora com alguma dificuldade, porque a Câmara está quase privada de fazer contratação, e para quem não conhece a realidade de uma Câmara, e passa na contabilidade, pensa que há muita gente, mas de facto, há falta pessoal na contabilidade para fazer aquele trabalho com alguma qualidade. Também se está a implementar outro tipo de procedimento, para dar resposta à contabilidade custos, que é ter alguém no parque de máquinas a pedir orçamentos para tudo. Um dos auditores, que esteve na Câmara ficou admirado como é que se pediam orçamentos para coisas que custam 29€. Mas a título de exemplo referiu que, uma peça que custava 29€, em dois estabelecimentos da Vila de Ferreira do Zêzere, foi adquirida num terceiro por 15€. Quando não havia

alguém a pedir orçamentos só se pediam a partir de determinados montantes. Atualmente, pedem-se orçamentos praticamente para tudo. Dá muito trabalho mas só assim é que se consegue saber quanto é que custa e só assim é que se consegue baixar custos. -----

O eleito local Aurélio Nunes perguntou, primeiro, ao Presidente da Câmara sobre as existências e em seguida perguntou ao Dr. Eduardo Mendes, onde é que ele tinha ido buscar os valores para dizer que o endividamento de 2013 era 55% do endividamento de 2010. -----

O Presidente da Câmara Municipal, em resposta, disse que aquele valor que lhe estava a falar das existências, no final, ambos davam 121.530,60€. Mas, não lhe sabia dizer ao certo, naquele momento, porque não tinha ali o balancete analítico. Devia ser alguma regularização. Quando se implementou a contabilidade de custos, encontraram nos armazéns muitos monos e tem-se andado a fazer regularizações, pelo que, pode ser esse valor em causa. -----

O eleito local Eduardo Mendes, para esclarecer as contas que fez disse que partiu do primeiro gráfico da página 29 de 36 do relatório municipal relacionou o valor 3.821.000€ e trocos com o valor de 2010 de 6.971.929€. E, referiu exatamente, que de 2010 para 2013, se tinha reduzido 55%, mais precisamente 54,8%. -----

O eleito local Aurélio Nunes, usou novamente a palavra afirmando que, em termos de balanço, não traduz nada daquilo. Referindo-se à página 27 de 36, e olhando para o total do passivo, em 2010 tinha 10 milhões 679 e, em 2013, tinha 11 milhões 720. -

O Presidente da Câmara Municipal interveio dizendo que o Dr. Eduardo Mendes e o Dr. Aurélio Nunes estavam a falar de coisas diferentes. -----

O eleito local Aurélio Nunes interrompeu o Sr. Presidente da Câmara dizendo que estava a olhar para o real e não correspondia àquilo que o Dr. Eduardo estava a acabar de dizer.-----

Apreciados e votados dos documentos de prestação de contas, foram aprovados por maioria com doze votos a favor, sendo onze dos eleitos locais do PSD e um dos eleitos locais do PS, zero votos contra e oito abstenções dos eleitos locais do PS. -----

3.º- Apreciação dos compromissos plurianuais efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 1 de novembro de 2013, conforme n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

Não houve quaisquer intervenções. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a sessão, pelas vinte e três horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

Luís Ribeiro Pereira _____

Fábio Miguel Ferreira dos Santos _____

Isabel do Rosário Baptista _____